

# I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional



## Apresentação de Relatório

Perito Sênior Externo

***Francisco Nunes Correia***

([fnc@civil.ist.utl.pt](mailto:fnc@civil.ist.utl.pt))

28 de julho de 2010 . . .

## **Um dia histórico !**

**A Assembleia Geral das Nações Unidas  
declarou o acesso à água e ao saneamento  
um Direito do Homem**

**(Resolução n.º 64/292)**

**Já em 2000 esta dimensão tinha ficado consa-  
grada nos Objetivos de Desenvolvimento  
do Milénio**

**(Nações Unidas 2000)**

**Esta decisão impulsionou em todo o mundo uma atenção redobrada à importância do acesso à água**

- **para a saúde pública**
- **para o bem estar das populações**
- **para a afirmação social das mulheres**
- **para o desenvolvimento econômico**

**Mas . . .**

**Alguns países tinham despertado para esta realidade muito antes de 2010:**

**É o caso do**



**e do Programa**



**e de algumas iniciativas que o antecederam !**

## **Tópicos da apresentação**

- **Importância do acesso à água para o desenvolvimento regional**
- **Algumas experiências de sucesso noutros países**
- **Questões relevantes e recomendações para a gestão e sustentabilidade**

# **Importância do acesso à água para o desenvolvimento regional**

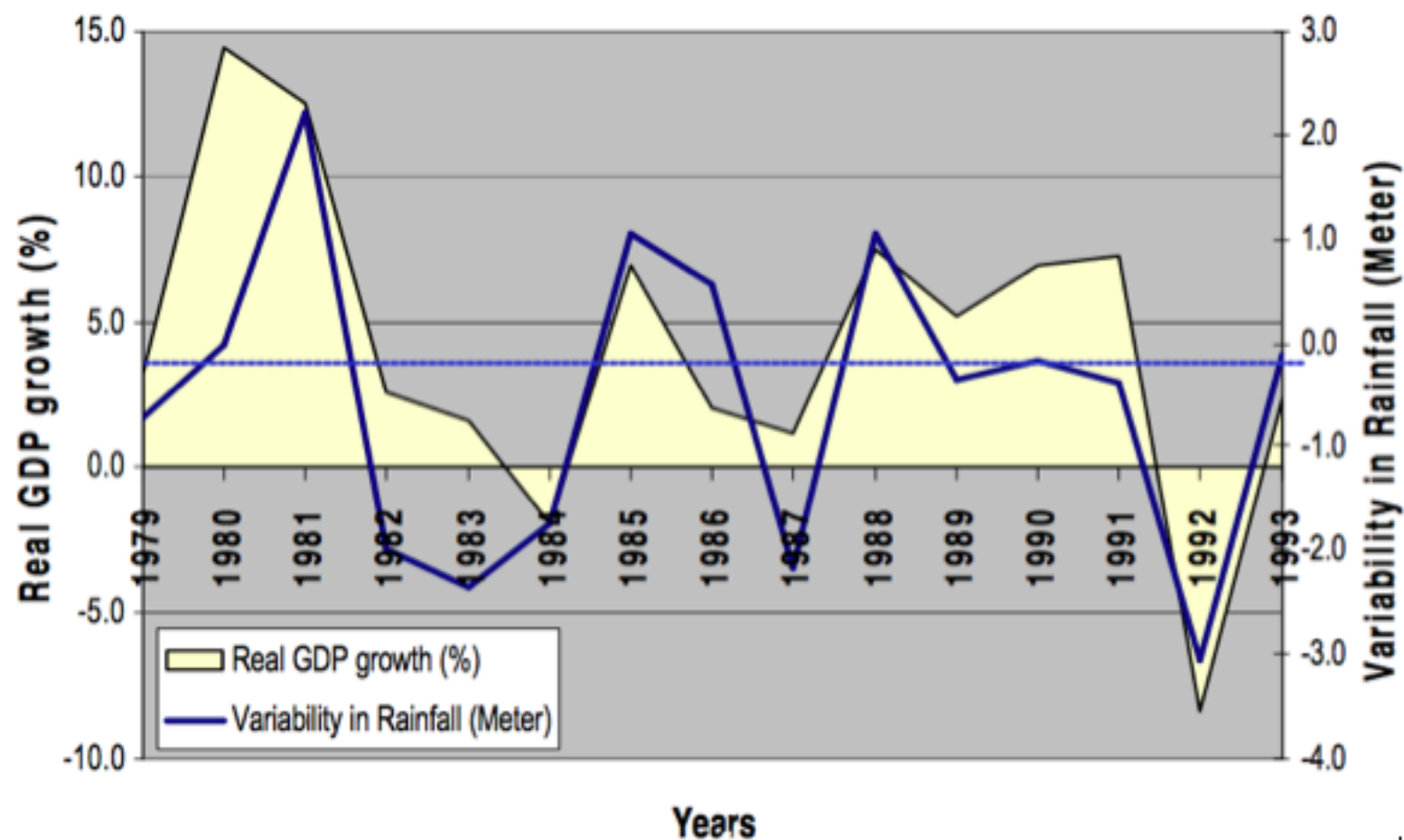


Figura 1 - Relação da variação da precipitação anual em relação à média com a variação do PIB no Zimbabwe (Fonte: [Grey 2004](#))

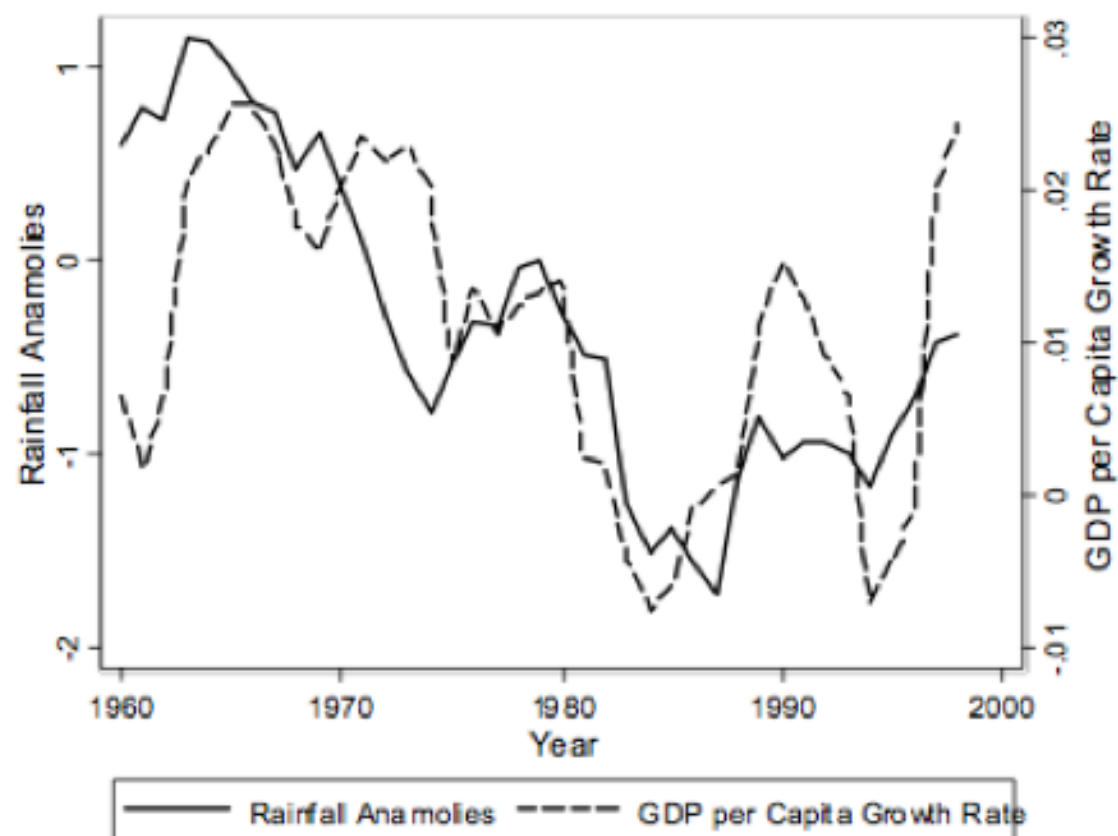


Figura 2 – Relação entre a variação da precipitação anual com a variação do PIB per capita na África sub-saariana (Fonte: Cobos et al. 2008)



Quadro 3. – Benefícios que resultam da melhoria do acesso à água e ao saneamento (Fonte: [Hutton e Haller 2004](#))

| Beneficiário                         | Benefícios econômicos diretos por evitar doenças diarreicas   | Benefícios econômicos indiretos resultando da melhoria da saúde   | Benefícios da melhoria da água e do saneamento que não têm a ver com a saúde   |
|--------------------------------------|---|---|--|
| <b>Setor público da saúde</b>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>Menos encargos com o tratamento de diarreias</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Valor associado a menos ausências por doença</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos hídricos geridos de forma mais eficiente</li> </ul>  |
| <b>Pacientes</b>                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Menos encargos com o tratamento da diarreia e outros custos relacionados</li> <li>Menores encargos com transportes associados aos tratamentos</li> <li>Menos tempo perdido para a obtenção de tratamentos</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Valor associado aos dias de trabalho ou de escola não perdidos</li> <li>Valor associado ao tempo não perdido pelos pais para cuidar de filhos doentes</li> <li>Valor associado às mortes evitadas</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos hídricos geridos de forma mais eficiente</li> </ul>  |
| <b>Consumidores</b>                  | <ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Economia de tempo relacionado com a facilidade de acesso à água e ao saneamento</li> <li>Benefício associado ao abandono de origens de água mais dispendiosas</li> <li>Aumento do valor das habitações</li> <li>Atividades de lazer e valores de não-uso</li> </ul> |
| <b>Setores agrícola e industrial</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Menores encargos com o tratamento de empregados doentes</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Menor impacto de trabalhadores doentes na produtividade</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Benefícios para a agricultura e para a indústria de melhor abastecimento de água e de uma gestão dos recursos hídricos mais eficiente</li> </ul>  |

## **Contributos do acesso à água para o desenvolvimento das populações mais pobres e para a inclusão social:**

- **As doenças associadas à qualidade deficiente da água constituem um dos problemas de saúde pública mais graves em muitas regiões do mundo;**
- **A ausência de água impede o desenvolvimento de uma agricultura elementar para a alimentação de uma família com recursos limitados e comercialização de alguns excedentes;**

## **A falta de acesso à água prejudica essencialmente as mulheres:**

- **Em muitas áreas rurais cabe à mulher a tarefa de transportar água para a família, caminhando longas distâncias com pesadas cargas e gastando várias horas por dia nessa tarefa;**
- **Na generalidade das culturas cabe às mulheres tratar dos doentes e dos idosos, tarefas que podem agravar as condições de higiene quando não existe disponibilidade de água;**
- **O não acesso à água em condições adequadas é especialmente negativo para a integração social e pleno desenvolvimento da mulher existindo portanto uma séria questão de gênero associada às carências de água.**

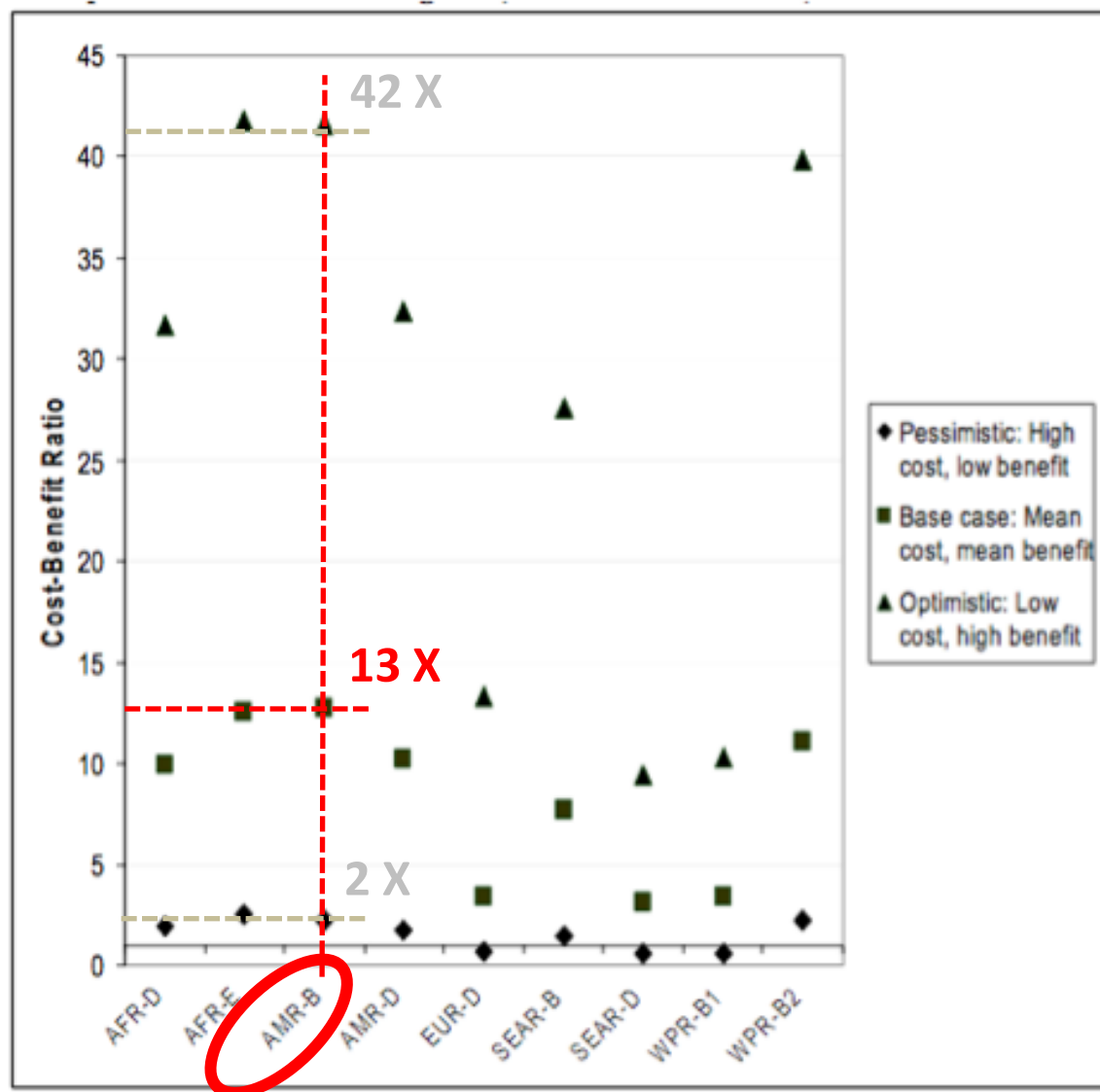


Figura 5 – Rácio custo/benefício em várias regiões do mundo para cenários pessimista, médio e otimista relativamente à melhoria do acesso à água e ao saneamento (Fonte: Hutton e Haller 2004)

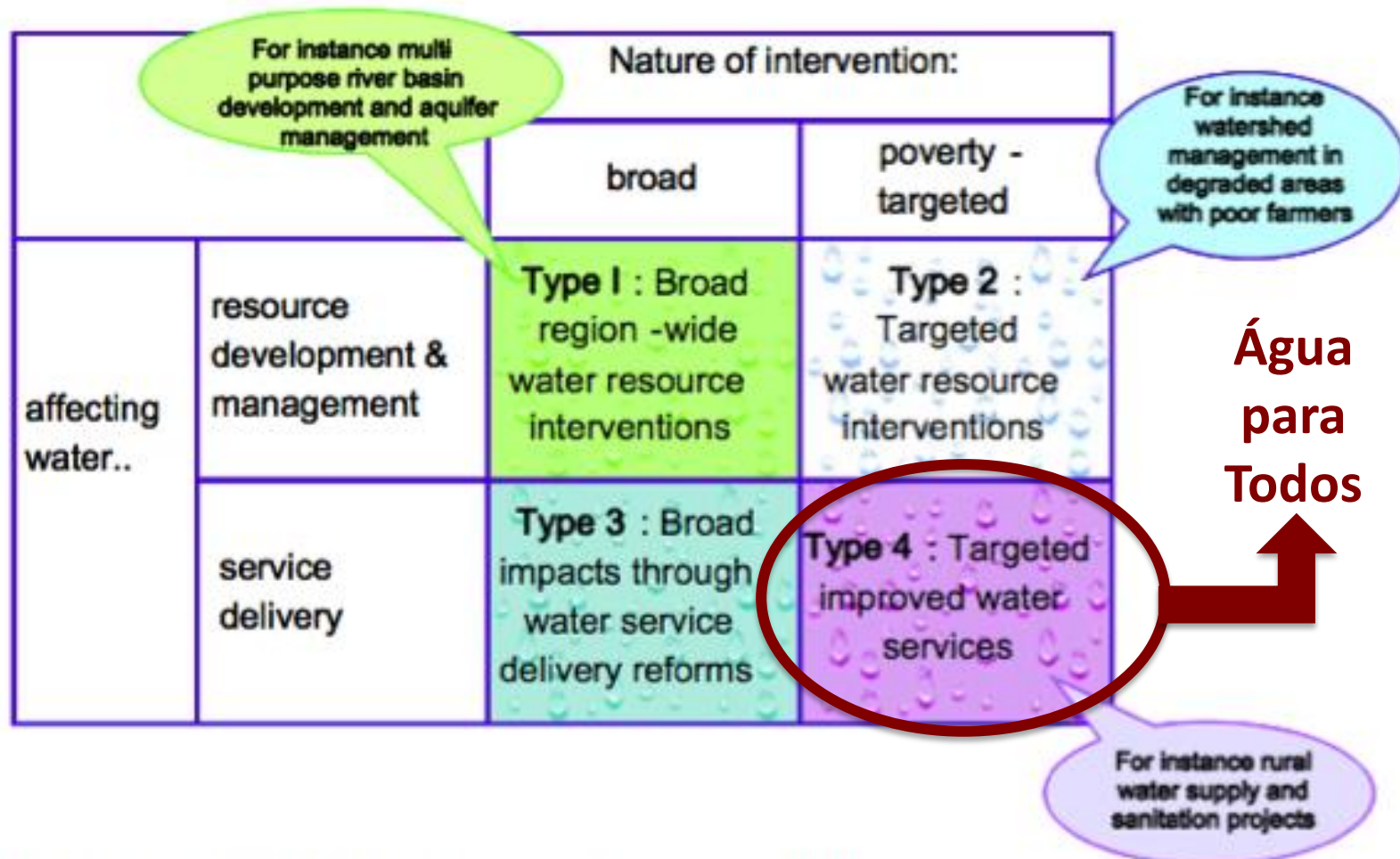


Programa “Água para Todos”

cumpre uma agenda social

Integra-se numa política da água

## How Water Interventions Affect Poverty



Source: World Bank Water Resources Strategy (2003)

# Algumas experiências de sucesso noutros países

**ANGOLA**

**MÉXICO**

CHILE



**Área:**  
**1 250 000 km<sup>2</sup>**  
**(8 515 767)**

**População:**  
**21 milhões (194 no Brasil)**

**PIB (ppc):**  
**6 412 US\$ (11 769 US\$)**

**Crescimento anual:**  
**6 a 10%**

**Esperança de vida:**  
**42,7 anos (73,5)**

**Índice  
de Desenvolvimento  
Humano (IDH):**  
**0,403 (0,730)**

**Guerras devastadoras 1962-1974 e 1975-2002**

**Grande esforço de reconstrução após 2002**

**Um dos países mais ricos de África (petróleo,  
diamantes, ouro, outros minérios, grande  
potencial agrícola)**

**República presidencialista, com 18  
governadores provinciais e municípios**





FONTE: (SWECO, 2005)

Figura 6 - Origens de água em Angola (Costa 2012a)

- Em 2010 menos de 50% da população tinha acesso a uma fonte apropriada de água
- Na capital, Luanda, mais de 50% da população era abastecida por caminhão-cisterna (20 a 50 US\$/m<sup>3</sup>)
- Mesmo que se alcançassem os ODM 41% da população rural permaneceria sem saneamento e 30% sem água



**2002 - aprovada a “Lei das Água”**

**2003 - aprovada a “Estratégia para o Desenvolvimento do Setor da Água”**

**2004 - lançado o “Programa de Desenvolvimento do Setor da Água” e iniciados os “Planos Diretores Provinciais”**

**2007 - lançado o Programa “Água para Todos” dirigido especificamente aos meios rurais.**

**Este programa tinha inicialmente um orçamento de 650 milhões de US\$ para conseguir até 2012 um nível de atendimento de 80% nos meios rurais através da construção de 5000 novos pontos de água e pequenos sistemas e a reabilitação de 2000 fontanários.**

**Apesar do sucesso do programa, no final de 2012 reconhece-se algum atraso e as metas foram postergadas para 2017.**

## Caixa 1 – Declaração de Compromisso do Governo de Angola sobre a água e saneamento

### DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

#### Principais Compromissos

##### I- Aumento da priorização do saneamento na agenda política

- Por volta de 2015, mais de 2,276,000 pessoas terão acesso ao saneamento, elevando a proporção de pessoas com acesso ao saneamento melhorado no meio rural par 59%, e 81% no meio urbano.
- Finalizar, aprovar e implementar a Política Nacional de Saneamento Ambiental. Esta política conduzirá ao aumento da despesa pública e privada nos serviços de água e saneamento em áreas onde o País se encontra mais atrasado em relação as metas. Isto inclui focalizar o aumento dos serviços pela população através de campanhas de sensibilização e publicitação, estimulando os agregados familiares a investirem e a terem mais responsabilidade.
- Aumento da vontade politica mediante a inclusão constante da questão do saneamento na agenda política nacional.

##### II- Melhoria da alocação de fundos para as áreas com mais necessidades

- Provisão dentro do Orçamento Geral do Estado e nos Planos Integrados de Desenvolvimento, recursos significativos para apoio as várias iniciativas de saneamento, com ênfase na expansão e consolidação da abordagem de Saneamento Total Liderado pela Comunidade STLC e Escolas STLE. Citamos como exemplo a recente alocação de parte das receitas provenientes da venda do petróleo para aumento das coberturas de serviços de água e saneamento.
- Assegurar a existência de fundos e de mecanismos para uma operação e manutenção adequadas para a sustentabilidade dos serviços e evitar o desperdício de recursos através do aumento da coordenação e da gestão, e da maximização do custo-benefício dos serviços.
- Providenciar apoios adicionais para melhorar o acesso das famílias mais pobres e vulneráveis aos serviços, e para assegurar que os benefícios socioeconômicos

##### III- Forte sentido de apropriação e de liderança pelo Executivo Angolano

- O Executivo Angolano tem demonstrado um grande sentido de apropriação do processo de desenvolvimento, através do estabelecimento de fortes órgãos de coordenação, tal como a Unidade Técnica de Saneamento Ambiental- UTNSA 2
- O Grupo Técnico Intersetorial composto pelos Ministérios da Energia e Águas, Saúde, Educação, Administração do Território, e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Estes órgãos representam e constituirão uma plataforma efetiva para a gestão e convergência de todos os programas de água e saneamento, de formas a assegurar a complementaridade das ações e melhorar a alocação e utilização dos recursos.

##### IV- Desenvolvimento e implementação dos planos nacionais de ação

- Desenvolver e implementar o Programa Nacional de Saneamento;
- Início da implementação de dois grandes programas de Saneamento, designadamente o Projeto de Expansão do STLC/STLE a seis novas províncias e o Projeto de Consolidação do STLC/STLE nas províncias de revitalização, financiados pela União Europeia. Estas ações constituirão um esforço adicional na criação de serviços mais acessíveis e sustentáveis para proporcionar benefícios na saúde e no ambiente, e simultaneamente criará espaços para a participação comunitária.

##### V- Monitoria do progresso e prestação de contas recíproca

- Procurar maximizar a eficiência dos ganhos resultantes das intervenções de larga escala através da monitoria e avaliação continua e mediante a melhoria da gestão do conhecimento.



Figura 7 – Evolução do nível de atendimento em abastecimento de água em meio rural entre 2009 e 2012 (Costa 2012b)

Quadro 5 – Sistemas construídos e população servida em oito províncias do sul de Angola

|                       | N.º Sistemas | População Servida |
|-----------------------|--------------|-------------------|
| Benguela              | 147          | 375.767           |
| Bié                   | 115          | 402.270           |
| Cunene                | 91           | 291.004           |
| Huambo                | 217          | 539.956           |
| Huíla                 | 104          | 408.095           |
| <u>Kuando Kubango</u> | 41           | 140.652           |
| Moxico                | 68           | 174.831           |
| Namibe                | 18           | 44.013            |
| <b>Total</b>          | <b>801</b>   | <b>2.376.588</b>  |

## **Novo ciclo de programação 2013 - 2017:**

**Cobertura em meio urbano: 100%**

**Cobertura em meio rural: 80%**

**Monitorização e garantia de qualidade em meio urbano: 70%**

**Monitorização e garantia de qualidade em meio rural: 40%**

**Criar entidades gestoras de abastecimento em todas as províncias**

**Criar entidades de gestão de recursos nas bacias prioritárias**

**Criar entidades gestoras de abastecimento em todas as províncias**

**Criar entidades de gestão de recursos nas bacias prioritárias**

**Grande importância dada à formação de operadores e gestores**

**Grande preocupação com a sustentabilidade financeira**

## CICLO VICIOSO



## CICLO VIRTUOSO



(Fonte: Lucrécio Costa 2012)

## Reflexões baseadas na experiência de Angola:

- No Brasil o Programa “Água para Todos” está focado na população rural em habitat disperso e em regiões com escassez de água, enquanto em Angola os desafios da reconstrução após a guerra civil obrigam a considerar toda a sociedade, incluindo a capital do país, e a inserir o programa num âmbito mais vasto.
- É importante que programas deste tipo estejam inseridos em estratégias globais que permitam a articulação de políticas a vários níveis e que definam com clareza os objetivos a alcançar em horizontes temporais bem definidos.
- Os meios financeiros são essenciais pelo que na formulação das políticas é imprescindível assegurar a afetação dos recursos financeiros que permitam alcançar os objetivos estabelecidos.

- A construção de infraestruturas em todo o território, incluindo regiões pouco desenvolvidas e com muito pouca massa crítica em termos humanos, obriga a dar uma atenção muito particular à **capacitação dos agentes** que vão ter a responsabilidade de assegurar a operação e manutenção dessas infraestruturas. Essa componente tem de ser vista como **parte integrante** do investimento a realizar, sob pena de em pouco tempo assistir à degradação das infraestruturas construídas tornando inútil o investimento realizado.
- É importante também procurar **inserir** os novos sistemas de abastecimento de água **no tecido social**, assegurando que eles são desejados pelas populações que devem ser chamadas a **contribuir financeiramente** para os custos de exploração e manutenção. A definição de um regime **tarifário** é, assim, **essencial** mas deve ser **socialmente viável** e ter em conta a necessidade de proteger os extratos mais vulneráveis da população.



# Algumas experiências de sucesso noutros países

ANGOLA

MÉXICO

CHILE





**Área:**  
**1 958 201 km<sup>2</sup>**  
(8 515 767)

**População:**  
**117 milhões (194)**

**PIB (ppc):**  
**15 113 US\$ (11 769 US\$)**

**Esperança de vida:**  
**76,2 anos (73,5)**

**Índice**  
**de Desenvolvimento**  
**Humano (IDH):**  
**0,775 (0,730)**

**Terceira maior área e segunda maior população da América Latina**

**PIB, IDH e esperança de vida ligeiramente superiores ao Brasil**

**Tradição grande e densa relativamente à gestão dos recursos hídricos**

**República presidencialista, com 31 Estados, um Distrito Federal, e municípios, todos eleitos**

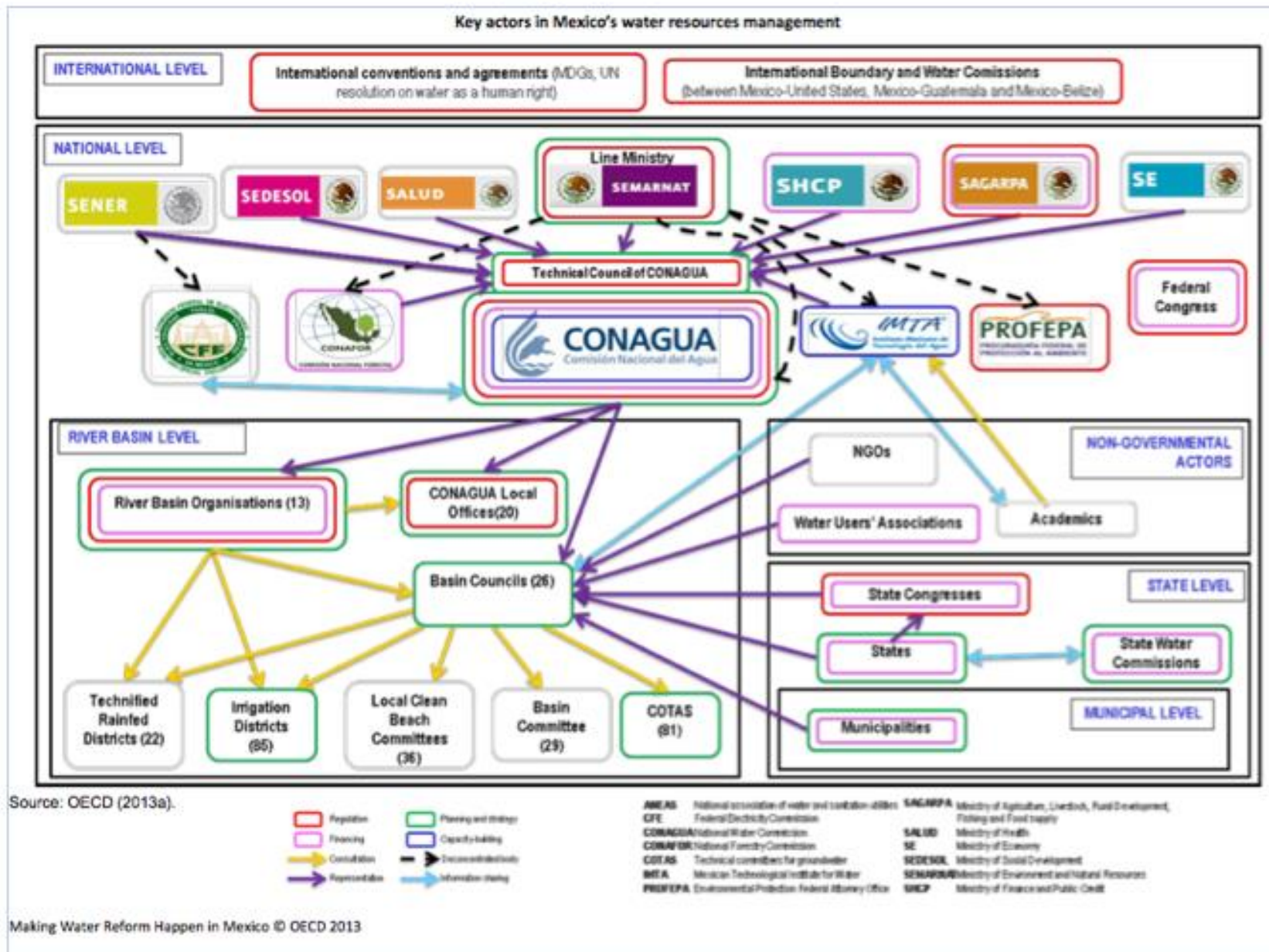


Figura 9 – Complexidade da gestão da água no México aos níveis federal, estadual e Municipal (OECD 2013)

## Desigualdades sociais muito acentuadas:

- 35% dos municípios tem altos índices de marginalização
- População rural muito pobre e em habitat disperso
- 200 000 comunidades rurais, das quais apenas 4000 com mais de 100 habitantes das quais 1200 sem serviços de água
- Cobertura nacional com abastecimento de água: 91,3%
- Cobertura em meios rurais: 76,1%
- Necessidade de abastecer mais 36 milhões nos próximos 20 anos dada a rápida evolução demográfica

## Lei de Águas Nacionais:

*“Promove a atenção às necessidades de acesso à água potável e ao saneamento das populações marginalizadas e menos favorecidas economicamente, e contempla a atribuição de apoios sociais para que as comunidades rurais e urbanas marginalizadas possam aceder à água e ao saneamento”*

**Forte interação técnica e financeira entre o principal serviço federal (CONAGUA), e entidades de bacia dele dependentes, e os Estados e Municípios**

## **Financiamento em duas modalidades:**

- **“Participaciones”- Transferências do orçamento federal**
- **“Aportaciones”- Fundos atribuídos com regras objetivas a que acedem os governos estaduais, os municípios, e outras entidades executoras**

## Principal programa para o desenvolvimento de infraestruturas de água em meios rurais

### PROSSAPYS

| Programa Nacional   | Objetivo Principal  | Agentes Envolvidos   | Ano de início |
|---|---|--|---------------|
| APAZU – Água potável e saneamento urbano                                      | Satisfazer as necessidades de água para consumo humano e saneamento   | Municípios com mais de 2500 habitantes                         | 1990          |
| PAL – Água Limpa  | Melhorar a qualidade da água para diminuir os riscos para a saúde   | Entidades gestoras   | 1991          |
| <b>PROSSAPYS – Desenvolvimento de infraestruturas de água em meios rurais</b> | <b>Apoio aos municípios e aos operadores dos sistemas de abastecimento de água e saneamento em áreas rurais</b> | <b>Municípios e operadores em áreas rurais</b>                 | <b>1996</b>   |
| PROMAGUA – Abastecimento de água e saneamento em áreas urbanas                | Reforço das entidades responsáveis pelos serviços de água e promoção da proteção ambiental                      | Entidades gestoras nos municípios com mais de 50000 habitantes | 2001          |
| PROTAR – Tratamento de esgoto   | Manter e melhorar as infraestruturas para o tratamento de esgoto  | Municípios e operadores de infraestruturas de tratamento       | 2002          |
| PRODDER – Incentivos nas taxas pela outorga da água                           | Apoio à melhoria da eficiência das infraestruturas para uso da água e saneamento                                | Municípios em áreas urbanas                                    | 2002          |
| PROME – Melhoria da eficiência das entidades gestoras dos serviços de água    | Apoiar e reforçar os operadores dos serviços de água e saneamento   | Operadores dos serviços de água e saneamento                   | 2010          |



## O Programa PROSSAPYS tem três componentes:

- (i) Desenvolvimento institucional, visando a descentralização e a criação de capacidades a nível municipal e local;
- (ii) Apoio social e participação das comunidades nas fases de planeamento, construção e e operação dos novos sistemas;
- (iii) Construção de infraestruturas e sistemas simplificados adaptados as características de cada comunidade.

## Ênfase na participação das populações tendo em vista:

- (i) Identificar o tipo e nível de serviço que a população deseja e está disposta a pagar;
- (ii) Estabelecer como e quanto cabe a cada família pagar (em dinheiro, em trabalho ou em materiais);
- (iii) Assegurar um nível mínimo de sustentabilidade através de tarifas que permitam suportar pelo menos os custos de operação e manutenção;
- (iv) Determinar como devem ser geridas e mantidas as infraestruturas.

## Critérios para a seleção de comunidades a beneficiar

| Critério de seleção   | Pontuação     |
|---|---------------|
| Localidades com níveis elevados e muito elevados de marginalização        | 30 pontos     |
| Localidades com menos de 20% de cobertura de serviço (água ou saneamento) | 30 pontos     |
| Aumento do nível de cobertura em resultado do projeto proposto            | 0 – 20 pontos |
| Número de habitantes que beneficiam com o projeto proposto                | 0 – 15 pontos |

**De 1996 a 2010 o acesso à água em comunidades rurais passou de 15,3 para 19,6 milhões**

**Em 2011 um investimento de 220 milhões de US\$:**

- 165 milhões de US\$ do orçamento federal
- 55 milhões de US\$ dos orçamentos dos Estados

**Em 2011 a população beneficiada no abastecimento:**

- 2,94% beneficiada qualitativa ou quantitativamente
- Aumento da cobertura a nível nacional foi de 0,71%

## Reflexões baseadas na experiência do México:

- A definição de **políticas a nível federal** é fundamental para dar coerência estratégica e visão de conjunto a todas as iniciativas desenvolvidas a nível estadual e local. O desenvolvimento de grandes programas que visam **objetivos precisos** e têm um **alvo bem definido**, é mais eficaz do que um simples financiamento de ações avulsas.
- A **continuidade no tempo** das políticas e dos programas é importante porque permite uma avaliação dos resultados e a retificação desses programas através do lançamento de novas fases, sem perder a visão global inicialmente considerada.
- A **monitorização** e a **avaliação es-post** é muito importante porque existe sempre uma considerável diferença entre a “narrativa” dos poderes públicos e a realidade concreta. Assim, é preciso dispor de indicadores rigorosos para saber o que se passa no terreno e poder fazer mais e melhor.



- Conseguem-se melhores resultados quando se mobilizam de forma coordenada os **três níveis dos poderes públicos**, nomeadamente federal, estadual e municipal. O nível federal, contudo, é absolutamente insubstituível, não apenas para assegurar **coerência** e **visão estratégica**, mas também para proceder à **per-equação dos recursos fiscais** transferindo para os estados e municípios recursos nacionais.
- Para conseguir bons resultados de um ponto de vista da melhoria da saúde pública, é fundamental montar sistemas de **vigilância sanitária** que garantam a potabilidade da água distribuída. Isso não deve ser visto como um custo suplementar, mas antes como **parte do custo do sistema** que se pretende implementar.
- Para além da construção da infraestrutura, é necessário colocar no terreno um **modelo de gestão**, profissional ou voluntário, que assegure o bom funcionamento do sistema. É necessário desenvolver ações de **capacitação** que assegurem a formação adequada dos responsáveis pela operação e manutenção.

## A participação das populações tem vários méritos:

- (i) Contribui para que os sistemas construídos não sejam vistos como um corpo estranho, mas antes como qualquer coisa que foi desejado pelas comunidades e relativamente ao qual elas desenvolvem um sentido de “pertença”;
- (ii) Em comunidades muito pequenas pode ser difícil estabelecer uma gestão profissional, sendo necessário nesses casos recorrer a uma qualquer forma de voluntariado. Esse processo é facilitado e credibilizado se resultar da participação dos cidadãos;
- (iii) É muito importante que as populações assegurem os custos de operação e manutenção, garantindo a sustentabilidade económica dos sistemas. O pagamento de encargos confere direitos acrescidos de participação reforçando a cidadania.

# Algumas experiências de sucesso noutros países

ANGOLA

MÉXICO

CHILE



**Área:**  
**756 950 km<sup>2</sup>**  
**(8 515 767)**

**População:**  
**17 milhões (194)**

**PIB (ppc):**  
**23 924 US\$ (11 769 US\$)**

**Esperança de vida:**  
**79,9 anos (73,5)**

**Índice**  
**de Desenvolvimento**  
**Humano (IDH):**  
**0.805 (0,730)**

**Chile é o país da América Latina com maior PIB per capita, maior esperança de vida e maior IDH**

**Tem 15 regiões, incluindo a Região Metropolitana de Santiago, 54 províncias e 346 Comunas**

**Tem uma tradição centralizadora, em que os Intendentes das regiões e os Governadores das províncias são designados e não eleitos**

As empresas privadas candidatas à concessão de sistemas de abastecimento de água são obrigadas a assegurar a efetividade desse serviço a todas as residências na sua área de concessão.

Esta obrigação consta do decreto que outorga a concessão, que tem de obedecer a todas as demais normas vigentes na legislação.

A qualidade da água a fornecer está definida na legislação e obedece a critérios bastante rigorosos

Os custos associados a esta obrigação são assegurados pelas tarifas cobradas.

Assim, as tarifas cobradas refletem sempre a totalidade do custo do serviço, havendo lugar a um subsídio às famílias quando essa tarifa ultrapassa a sua capacidade de pagamento.

Este sistema introduz **transparência** e **racionalidade** econômica, assegurando simultaneamente a sua **viabilidade social**

Consegue-se o acesso universal à água, desempenhando o Estado as funções de **legislador**, de **regulador** e de **apoio** financeiro supletivo dirigido **exclusivamente** às populações que não podem suportar o custo real dos sistemas

**Em vez de financiar a construção, apoia as famílias carenciadas!**

Lei de 1989 - *“Ley de subsidio al pago de consumo de agua potable y servicio de alcantarillado de aguas servidas”*

O apoio depende da **região** do país e do **nível sócio-econômico** das famílias. Em situações pobreza extrema, incluídas no âmbito do Programa “Chile Solidário”, a contribuição chega aos **100%** para consumos que não excedam os **15 m<sup>3</sup> mensais**.

## Reflexões baseadas na experiência do Chile:

- No Chile o Governo atua pelo lado da **imposição do serviço** a toda a população e, simultaneamente, cria um **sistema de subsídios à população** de baixa renda para tornar financeiramente sustentável a prestação desse serviço. O quadro jurídico relevante para a generalização do acesso à água baseia-se essencialmente nas disposições para a atribuição dos subsídios.
- Todos os aspetos executivos, técnicos, gerenciais e mesmo financeiros, são remetidos para as **empresas concessionárias** privadas. O **papel do Estado** consiste essencialmente em definir o quadro jurídico e regulamentar em que essas empresas exercem a sua atividade, de forma a que esse exercício seja obviamente **compensador para as empresas** mas permita prosseguir, também, **desígnios de interesse público**.

O investimento é responsabilidade das empresas que refletem esse encargo nas tarifas a cobrar. O Estado atua em três planos distintos:

- (i) **analisa e aprova os estudos técnico-econômicos** que sustentam o alargamento dos serviços de água e os valores das tarifas que, a longo prazo, permitem realizar o investimento necessário;
- (ii) tem um papel decisivo ao **aprovar a taxa de desconto do capital** pelo qual a empresa é ressarcida dos investimento que lhe cabe efetuar. Essa taxa de desconto e o **horizonte temporal** da amortização são dados fundamentais para determinar o valor das tarifas. Tem de ser suficientemente alta para assegurar **a viabilidade e rentabilidade** das empresas e suficientemente baixa para **evitar especulação** e tarifas inoportáveis;
- (iii) o Estado **em vez de investir na infraestrutura** a fundo perdido para embaratecer as tarifas, opta por **ajudar os mais carenciados** a suportar essas tarifas definindo tetos de utilização e de subsidiação que **evitam um uso desregrado do recurso**;
- (iv) os **governos provinciais** e os **municípios** desempenham um papel fundamental na **definição de critérios** para atribuição dos subsídios e na **identificação das famílias** que deles necessitam.



# **Questões relevantes e recomendações para a gestão e sustentabilidade**

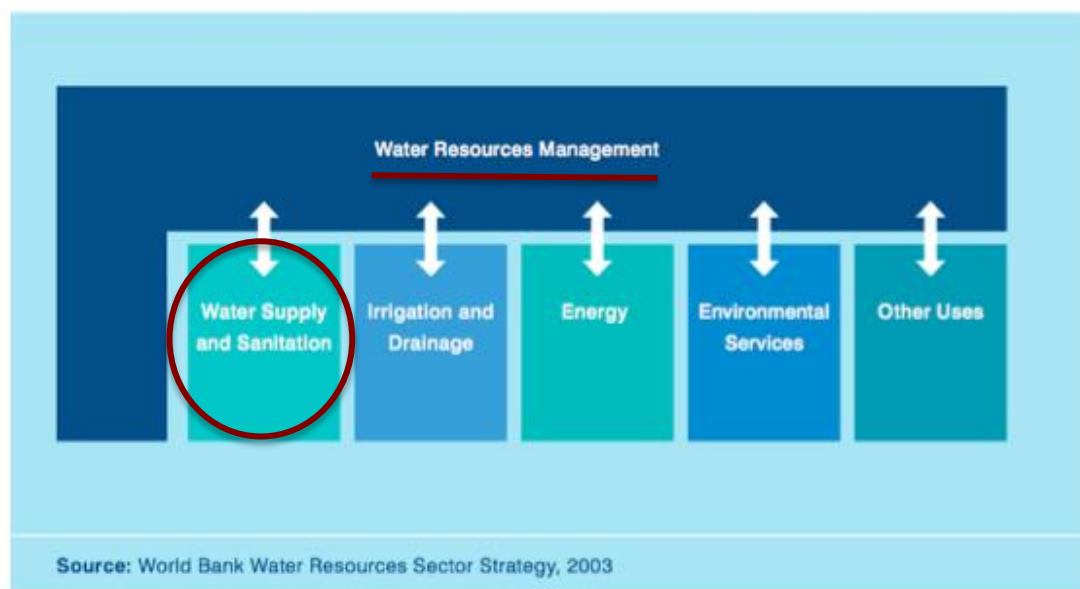
# Questões relevantes

- 1. A água como direito do homem**
- 2. Financiamento da água como serviço social**
- 3. Princípios gerais da boa governança**
- 4. Estratégias de implementação**

# Recomendações para a gestão e sustentabilidade . . .

## . . . de âmbito geral

1. O Programa “Água para Todos” é eminentemente um programa de **âmbito social**, mas nem por isso deve estar desinserido de uma política de **saneamento e recursos hídricos**



2. Para ganhar credibilidade deve orientar-se por critérios **objetivos e transparentes**, entre outros:
  - (i) acorrer a situações graves de **saúde pública**
  - (ii) acorrer a situações em que as populações são vítimas de **vendedores abusivos**
  - (iii) acorrer a situações que gerem **dinâmicas económicas**
3. Deve ter em conta a **dinâmica demográfica** da região. Não faz sentido investir numa zona que dentro de alguns anos está despovoada
4. Por outro lado, nas **regiões em crescimento** devem adotar-se soluções que possam crescer por **expansão e/ou coalescência**
5. Deve-se partir da **situação existente** e adotar soluções diferenciadas para **situações diferenciadas**

## . . . sobre o modelo de gestão

### Duas questões centrais que merecem reflexão:

- (i) Como conciliar mobilização e **participação** das populações com sentido de **rumo e eficácia** (governança com governabilidade)
- (ii) Como conciliar a utilização de **fundos públicos**, própria de um programa social, com a **contribuição dos beneficiários** diretos, necessária para a **responsabilização** e sustentabilidade

1. Nos sistemas a construir é necessária uma **hierarquia** e uma definição de **responsabilidades** inequívoca, mesmo quando se recorra a estruturas *ad-hoc* como comitês de cidadãos
2. A **capacitação técnica** e profissional dos que atuam no terreno não é um complemento, mas antes **parte integrante** do Programa, de preferência completada por um **apoio de retaguarda**
3. É necessário um sistema de **monitorização** do que se está passando no terreno e são desejáveis **avaliações ex-post** dos sistemas construídos
4. Devem ser criados mecanismos de **ouvidoria** que contribuam para **dirimir conflitos**, evitando degenerescências do modelo de gestão, dado que “água é poder” nas regiões de escassez

## ... sobre a sustentabilidade do Programa

A sustentabilidade do Programa “Água para Todos” tem claramente uma dimensão **técnica**, uma dimensão **econômica** e uma dimensão **social**:

- (i) Dimensão **técnica** – modelo de gestão que assegure a boa utilização e manutenção dos sistemas construídos
- (ii) Dimensão **econômica** – capacidade de assegurar o financiamento para além do investimento inicial de modo a que dentro de 10 ou 20 anos os sistemas estejam funcionando ou possam ser substituídos
- (iii) Dimensão **social** – capacidade de inserir os novos sistemas na realidade pré-existente, sendo aceites ou desejados pelas populações e contribuindo para o reforço da cidadania

1. O Programa deve ser acompanhado de uma forte **campanha** dirigida à **saúde pública** e aos **hábitos de higiene** das populações, dado que este é o aspeto que sai mais beneficiado da universalização do acesso à água
2. As comunidades beneficiadas devem ser **mobilizadas** e **“apoderar-se”** dos sistemas construídos, sendo esta uma componente essencial do sucesso do Programa
3. A **cobrança** em níveis socialmente aceitáveis é um elemento essencial, não apenas para assegurar a **sustentabilidade**, mas também, e sobretudo, como componente de **cidadania** e **“apoderamento”** dos sistemas construídos



# Muito Obrigado !



DIALOGOS SETORIAIS  
UNIÃO EUROPEIA  
BRASIL



TÉCNICO  
LISBOA

